

A ECONOMIA DITA MODERNA

SAMUEL DA COSTA FILHO* & LUIZ CARLOS R. CRUZ PUSCAS**

“A Primeira Lei dos Economistas: para cada economista, existe um economista igual e oposto. A Segunda Lei dos economistas: ambos estão errados”

In: Nogueira da Costa, (1999).

A formação convencional dos economistas no Brasil não apresentava opção do aprendizado das teorias e idéias heterodoxas até, mais ou menos, metade da década dos oitenta. O domínio e hegemonia da ortodoxia econômica eram avassaladores. Além do que, existia o desconhecimento das correntes divergentes por parte de professores das mais diversas universidades, facilitando e estimulando a utilização dos “manuais” em que foram formados.

Nos anos oitenta, os cursos de graduação de economia passaram por um processo de reforma curricular que introduziu o estudo de autores como Smith, Ricardo, Marx, Marshall, Keynes, Kalecki e Schumpeter. Diferente do passado, onde esses economistas somente eram estudados e/ou citados quando da realização da disciplina História do Pensamento Econômico, a teoria econômica ensinada nos cursos de graduação passou a dar importância aos clássicos da economia no processo de formação de seus profissionais.

Duas outras vantagens decorrentes dessa reforma foram a defesa do pluralismo teórico e metodológico, e o treinamento do profissional para opinar criticamente acerca do mundo e dos problemas que afligem a realidade, não apenas repetindo a opinião que ouviu de algum economista famoso.

Essa reforma dos currículos dos cursos de graduação em Ciências Econômicas foi impulsionada pelo Movimento de Renovação dos Economistas, e encontrou respaldo pelo parecer nº 375/84 do prof. Armando Mendes. Na Resolução 11/86 do

Conselho Federal de Educação, em seu artigo 7º, constava que o currículo pleno de economia deveria obedecer aos seguintes princípios:

- 1) estar comprometido com o estudo da realidade brasileira, sem prejuízo de uma sólida formação teórica, histórica e instrumental;
- 2) caracterizar-se pelo pluralismo metodológico em coerência com o caráter plural da ciência econômica;
- 3) enfatizar a importância fundamental das inter-relações ligando os fenômenos econômicos ao social;
- 4) transmitir o senso ético de responsabilidade social que deve nortear o exercício do futuro profissional.

A economia mundial neste fim de século passou a ser grandemente influenciada pelas relações monetárias e financeiras internacionais, provocando instabilidade e crises periódicas. Em virtude das finanças internacionais terem se desenvolvido de acordo com sua própria lógica, e não mais em relação direta com o financiamento dos investimentos e do comércio a nível mundial, começa a se delinear um novo regime de acumulação mundial que adquiriu a marca, cada vez mais nítida, de um capitalismo predominante rentista e parasitário, subordinado às necessidades do capital financeiro.

No campo da teoria econômica um grupo de economistas conservadores opondo-se a atuação das políticas fiscais e monetárias governamental na área macroeconômica recupera a idéia de que a política econômica é inócua e só funciona por meio de surpresa. Os economistas da “nova macroeconomia

clássica” forneceram elementos que são incorporados à teoria econômica dita moderna e que passam a fazer parte dos “atuais” manuais do ensino de economia. Neste novo contexto, a ideologia liberal que dominou os Estados Unidos governado por Ronald Reagan e Inglaterra da primeira ministra Margaret Thatcher se espalhou pelo mundo. Na América Latina, os países da região abandonaram a política de industrialização substitutiva de importação e implementaram programas de ajuste macroeconômico ortodoxo e, em seguida, iniciaram reformas estruturais liberalizantes na linha do Estado mínimo, conforme modelo da escola “public choice” e das recomendações do denominado “Consenso de Washington”

Com a vitória de Fernando Collor, no início dos anos 90, o liberalismo e a ferrenha defesa do mercado começam a penetrar na política e sociedade brasileira e passaram a dominar a cena. Essas idéias e teorias liberais são alavancadas pelos efeitos positivos da política de estabilização do Real, abertura comercial e a globalização produtiva e financeira. Os conservadores e a imprensa passaram a propagar e defender as necessárias transformações liberalizantes para a melhoria da economia e sociedade brasileira. Mudanças baseadas na velha idéia de que a “mão invisível” do mercado é o melhor guia para nossa economia sair da crise e retornar a rota o desenvolvimento econômico e seguir para a “modernidade”.

Por conseqüência, nas condições do capitalismo atual, alguns elementos da teoria econômica evidenciam aspectos de desatualização teórica. Todavia, muito do que é ensinado nos cursos de economia pode ser mantido, desde que ampliado e/ou modificado. Somos do ponto de vista de que: “... a teoria econômica não é um cor-

po de análise lógica abstrata, baseada em princípios gerais aplicáveis a todas as épocas e a todos os tipos de sistemas econômicos. Isto, no entanto, não significa que toda teorização seja inútil e que sejamos obrigados a nos restringir a uma descrição institucional e histórica. Tampouco é legítimo concluir que o nível de generalidade da teoria econômica esteja limitado pelo caráter histórico do objeto de estudo: ele também está limitado pela nossa capacidade imaginativa e pela atualidade de nossa disciplina. Mas seja qual for o nível de generalidade que se alcance, a capacidade das teorias de apreender os fatos salientes deve permanecer sob constante reexame" (Chick, 1993).

Nas Ciências Econômicas encontramos teorias que são simplificações, abstração, estilização da realidade. A teoria extrai as características que melhor expressam a realidade. Embora existam teorias que apresentam abstrações pertinentes, essa pertinência se altera quando a história evolui. Assim, mesmo que em determinado momento seja a teoria uma simplificação relevante, essa teoria com o passar do tempo pode deixar de apreender fatos importantes e atuais na explicação da vida econômica e do desenvolvimento do capitalismo.

A suposta defasagem do atual currículo de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Piauí em relação às modificações do capitalismo a nível nacional e mundial, não deve levar-nos ao retrocesso do ensino predominante da visão ortodoxa, como também ao retorno da utilização dos famosos "manuais".

É próprio dos economistas ortodoxos suporem que seus pressupostos e axiomas sejam universais e aplicáveis a todas as épocas. Defendem ainda que não há necessidade de estabelecer paralelos com as correntes, nem treinar, ensinar e dar a conhecer estas teorias. O método dos neoclássicos, moneta-

ristas e novos clássicos não objetiva estilizar a realidade. Eles produzem construções teóricas analiticamente complexas e, ao mesmo tempo, irrelevantes para descrever e explicar fenômenos concretos. Seus modelos são abstratos, irrealis. O importante para a ortodoxia é a capacidade de previsão que esses modelos exibem.

Diferente do apresentado nos "manuais" e pelo mainstream existem alternativas que são aplicáveis no tratamento de problemas atuais com imensa vantagem sobre o pensamento ortodoxo. A economia ortodoxa contaminada pelo ideário formalista interessa-se por desenvolver proposições abstratas partindo do princípio científico aplicado, ao mundo econômico. A linguagem matemática que foi utilizada inicialmente como tradução, adquiriu significado próprio e vira linguagem corrente e acrítica, ou seja, de mero "instrumento", a matemática promoveu-se a "objetivo último do saber", passando a determinar as partes do mundo que merecem ser estudadas. A história da economia ortodoxa se caracteriza pelo processo de alienação com o discurso matemático em sua forma platônica provocando uma dupla alienação: alienação do discurso da realidade e alienação do passado e do presente (Hagge, 1989).

Não é a toa que grande parte dos estudantes de Ciências Econômicas sempre apresentou um discurso de que a "Teoria é diferente da prática", ou que o curso é "teórico" e não trabalha a "prática", ou seja, parece que quando ensinamos a "prática" não se trabalha "teoria".

Hoje em dia aprende-se muito mais sobre as Ciências Econômicas lendo jornais, revistas e escutando o noticiário a respeito dos graves problemas da economia brasileira do que estudando os "manuais" científicos de economia (Introdução à Economia, Micro e/ou Macroeconomia, etc.). Percebemos ainda, que outros cientistas sociais têm revelado melhor análise na apresentação e expli-

cações sobre os fenômenos econômicos brasileiros do que a dos economistas ditos "modernos".

Na última década constatamos um crescimento nas dificuldades de admissão dos economistas piauienses no mercado de trabalho. Essa é uma característica comum vivenciada pelos novos profissionais, das diferentes áreas, no que se refere ao ingresso no mercado de trabalho. Ocorre que, no Piauí economistas querem culpar o atual currículo de Ciências Econômicas como o grande responsável por essas dificuldades de mercado. Esquece-se da crise que assola a economia brasileira desde início dos anos 80, não levam em conta a estreiteza do mercado de trabalho da economia desse Estado, desconsideram a crise e reformulação do Estado (que sempre foram os grandes demandantes desses profissionais), e até não levam em conta as transformações que atualmente ocorrem no mercado de trabalho. Convém ainda acrescentar que as questões que encontramos no chamado "Provão" estiveram, em sua grande maioria, calcadas nos textos clássicos de economia, não nos manuais.

"Cada campo teórico deve fazer parte do currículo, pois tem muito a contribuir na formação profissional dos economistas."

Atualmente, as empresas estão exigindo cada vez mais trabalhadores versáteis e com sólida formação cultural e humanística. Está ocorrendo, que somente ocupações burocráticas e medíocres, empregam profissionais para fazer e repetir receitas encontradas em "manuais", e/ou que utilizam técnicas elementares como certos programas de computação, cálculos financeiros de taxa de juros, etc...

Estas técnicas apesar de indispensáveis podem e devem ser aprendidas rapidamente pelos alunos formados nas universidades, até de maneira autodidata. O ensino universitário é muito caro para satisfazer-se somente em transmitir esses ensinamentos elementares (Carcanholo, 1994).

A primeira avaliação dos cursos de graduação em economia realizada pelo MEC revelou que os resultados obtidos pelos alunos da UFPI ficaram bem acima de diversas universidades de estados mais desenvolvidos do que o Piauí, apesar dessa mesma avaliação assinalar a deficiência em termos físicos, material pedagógicos, biblioteca e até do corpo docente da nossa Universidade.

O avanço conseguido com a introdução e estudo dos clássicos como Marx, Schumpeter, Kalecki, os estruturalistas da CEPAL, etc., não deve ser abandonado. Cada campo teórico deve fazer parte do currículo, pois tem muito a contribuir na formação profissional dos economistas. Além do mais, nas ciências sociais e, em especial na economia, como afirma o prof. da UNB Lauro Campos, (1992): *"A inteligência humana não produz um saber puro, neutro e eterno, mas um produto histórico, socialmente condicionado, distorcido pelos interesses e privilégios da classe social em que se formou o pensador. A falsa consciência é produzida como pensamento da classe social dominante, que ocupa o pólo do não-trabalho, e que forja explicações, teorias que são justificativas de seus privilégios, do uso de seus instrumentos de comando, de suas relações de dominação e de poder. Ao mascarar a realidade, ao fazer crer que seu ponto de vista particular é o ponto de vista de toda a sociedade, ao limitar o movimento e o devir transformando-os num falso processo de retorno à situação de equilíbrio que eterniza e reproduz a estrutura social, econômica e política, a falsa consciência constrói, necessariamente, representações do*

real como parte de sua produção ideológica que é um sistema", aparentemente coordenado de distorções, desvios e ilusões".

O pluralismo teórico e metodológico existente no currículo de graduação em Ciências Econômicas se sobressaiu, justamente por não somente apresentar a forma distorcida de interpretar a realidade econômica (neoclássicos), mas também, revelar o seu extremo oposto anticapitalista: a crítica marxista. E, ainda apresentar a chamada opção intermediária, a social-democracia. Na presente fase de crise do capitalismo e da teoria econômica, o emprego do pluralismo teórico significa a verdadeira "economia dita moderna".

Finalizando, queremos acrescentar que o pluralismo está respaldado, não somente, no pressuposto da honestidade científica, mas também no conceito elementar de ética para o exercício da profissão de economista. Nesse ponto o pensamento do ex-presidente da ANGE (Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia) Reinaldo Carcanholo (1994) é o seguinte: *"em resumo, parece ser claro que existe um estreito paralelo entre cada um dos três paradigmas hoje relevantes dentro do pensamento econômico e as concepções éticas descritas. Ao paradigma neoclássico parece corresponder a ética do liberalismo cínico ou envergonhado que, na nossa opinião, é uma antiética; à concepção ricardiana associa-se a ética social-democrata, temerosa e vacilante; ao paradigma criado por Marx corresponde a ética da libertação"* ●

*SAMUEL DA COSTA FILHO é professor de Economia DECON/UFPI, Doutorando do Instituto de Economia/UNICAMP. LUIZ CARLOS RODRIGUES CRUZ PUSCAS é professor de Economia DECON/UFPI, Especialista em Economia Rural.

A GLOBALIZAÇÃO

SAMUEL DA COSTA FILHO*

Mudança nas condições de concorrência, produtos e serviços são a tônica do passado recente e decorrem do novo cenário macroeconômico pós anos 70, do avanço das novas tecnologias de comunicação e informação, além do processo de globalização dos mercados financeiros e não-financeiros, possibilitado pelas políticas de liberalização e desregulamentação.

O processo de desintermediação financeira obrigou as instituições bancárias a buscarem novas estratégias de sobrevivência, enquanto os fundos mútuos, companhias de seguros, fundos de pensões e companhias financeiras elevaram sua participação no mercado. Foram criados novos produtos e serviços financeiros, oferecendo maior rentabilidade aos aplicadores em ativos. A transformação das poupanças em crédito cedeu lugar a finanças diretas, mobilizadas através dos mercados de ativos, avançou a formação de conglomerados e a intermediação financeira.

Nos anos 80 e 90, os investidores institucionais têm condicionado as tendências do mercado internacional de capital. Nesse mercado, os investidores apresentam estratégias globais de crescimento do portfólios por meio da compra e posse de ativos pelos fundos de pensões e seguradoras, como também por intermédio de arbitragem e ganhos de capital pelos fundos mútuos e fundos de hedge. Esses agentes alteram a preferência pelo tipo de ativo (associando segurança e liquidez nos seus portfólios), impulsionando o processo de integração do mercado de capital internacional através de ligação crescente entre os mercados acionários com o fluxo internacional de capitais.

A globalização financeira é, então, uma decorrência do crescimento dos investimentos no portfólio dos agentes, dando origem e acesso a mercados organizados de inversão internacionalizados (bolsas de valores e